

UBIRAJARA MACEDO



*... e lá fora se falava
em liberdade*

SUMÁRIO

| | |
|---|---------|
| Bira e um tempo no qual a indignação era uma virtude cívica Prefácio de Moacyr de Góes | Pag. 04 |
| Apresentação | Pag. 08 |
| Divisão em módulos | Pag. 09 |
| Como começou | Pag. 10 |
| Os primeiros dias | Pag. 11 |
| A alegria dos dedos-duros | Pag. 12 |
| Figuras inesquecíveis | Pag. 13 |
| O seresteiro | Pag. 15 |
| Os acadêmicos | Pag. 16 |
| Vulpiano Cavalcanti | Pag. 17 |
| Moacyr de Góes | Pag. 18 |
| Irmãos Oliveira | Pag. 19 |
| As turmas de Macau e Areia Branca | Pag. 20 |
| Carlos Lima | Pag. 21 |
| Aldo da Fonseca Tinoco | Pag. 22 |
| Djalma Maranhão, um capítulo especial | Pag. 23 |
| José Iaponi Galvão | Pag. 24 |
| Mery Medeiros | Pag. 25 |
| José Fernandes Machado | Pag. 26 |
| Geraldo Pereira de Paula | Pag. 27 |
| Ida para São Paulo | Pag. 28 |

| | |
|-----------------------|---------|
| A luta em São Paulo | Pag. 30 |
| Do cárcere a Cáceres | Pag. 31 |
| Na Folha de São Paulo | Pag. 33 |
| Meus depoimentos | Pag. 34 |
| Fatos engraçados | Pag. 37 |
| A vida em São Paulo | Pag. 39 |
| Finalmente, Natal | Pag. 41 |
| As punições | Pag. 43 |

PREFÁCIO

BIRA E UM TEMPO NO QUAL A INDIGNAÇÃO ERA UMA VIRTUDE CÍVICA

Este é um livro de punho cerrado no ar, em protesto. É um livro de ira bíblica. É um livro de vômito e nojo. É um livro de ironia fria que entreabre os lábios em sorriso discreto. É um livro de risada aberta, em cascata, que lembra a gargalhada de nosso comum amigo Luiz Maranhão. É um livro terno e amoroso, lírico e telúrico. É um livro de arqueologia, pois traz para a luz do dia expressões já sepultadas na memória como Bob Fields (Roberto Campos) e lacaios do imperialismo. É um livro de memórias e documentos de Ubirajara Macedo- bravo Bira - no qual ele dá o testemunho de que houve um tempo em que neste país em que a indignação era uma virtude cívica.

...E LÁ FORA SE FALAVA EM LIBERDADE é formado de vários módulos- por isso é um livro múltiplo, calidoscópico, daí a abordagem que é possível dos mais diversos ângulos, como foi dito acima.

Os textos falam de prisões, exílios e perseguições mesquinhas; de denúncias de pequenos dedos-duros e de grandes vendilhões da pátria; de questões políticas e do nacionalismo; de poesia (*“Natal que glorificou e foi glorificado por Djalma Maranhão/Natal que aprendeu a ler mesmo de “pé no chão”/e que cumpre o seu destino/com a firmeza de cidade heroica/Natal: 400 anos de lutas, somando mais vitórias que derrotas”*.); de ternura pela mulher amada, Lourdinha; de carinho pelo Potengi amado, o rio; é um livro musical: lembra de uma viagem ao interior do Rio de Janeiro quando conheceu as ruas sonoras da cidade de Conservatória; de comunhão e fraterna amizade aos companheiros de jornada pelos *cárceres da reação*, como gostava de dizer Eurico Reis.

O eixo do livro é, evidentemente, o Golpe de Estado de 1964. E, curiosamente, o autor escreve de trás pra frente: primeiro as consequências e depois as causas de todo um processo político equivocadamente que levou o país e seus cidadãos para a margem da História. Explico: o começo (que está no segundo bloco), isto é, a causa, está no exercício do jornalismo exercido por Bira nos anos 50 e 60 no jornal Folha da Tarde, em Natal. A consequência (que está no primeiro bloco) é toda a *via crucis* de prisões, interrogatórios, exílios – desdobramentos políticos de sua prática independente de jornalismo. Satisfeita esta minha mania cartesiana aos fatos.

Na segunda metade dos anos 50 e primeira dos anos 60 nenhum jornalista de Natal foi mais corajoso, bravo e provocador do que Bira em sua *Coluna Nacionalista* no jornal de Djalma Maranhão. Indignação à flor da pele, ele denunciou todos os crimes de

lesa-pátria neste país ao mesmo tempo em que defendia uma política nacionalista para o Brasil. Estudioso, ia ao âmago das questões e desvelava os porões de políticas miúdas e graúdas. No livro há uma pequena amostragem disso e foi muito bom que ele não revisasse, hoje, nenhum texto. Assim, *a Coluna Nacionalista* tem cheiro, sabor e cor de uma época. Se o Brasil ainda hoje se sustenta nas pernas, visível internacionalmente na sua identificação cultural de povo de nação, deve muito a esse tempo de defesa as soberania e do nacionalismo. As alavancas dessa luta são simbolicamente visíveis: em nível de país por Barbosa Lima Sobrinho (*Jornal do Brasil*) e aqui, no Rio Grande do Norte, por Ubirajara Macedo (*Folha da Tarde*).

O Golpe de 64, forjado na Guerra Fria e manipulado no Brasil por civis e militares apátridas e oportunistas (quando não, ignorantes), não poderia conviver com a escrita de Bira. O arbítrio começou com sua prisão, já no dia sete de abril, em dependências de seu outro trabalho, o Departamento de Correios e Telégrafos, reduto de nacionalistas e covil de dedos-duros. Por onze meses sofrerá prisão carcerária, transformada esta em prisão-domiciliar que duraria mais dois anos, com a obrigação de se apresentar aos quartéis militares, semanalmente. Nesse meio tempo, por perseguições mesquinhas, será transferido pelo DCT para São Paulo e depois para Cáceres, na fronteira da Bolívia. Ainda mais: foi condenado a um ano de prisão pela 7ª Região Militar, no Recife, mas, como já tirara cadeia por mais tempo, foi considerado homem livre pela Ditadura. Essa época de sombras, esses tempos de chumbo são revelados por Bira no início do seu livro. Ele não esconde os gemidos dos torturados nem o riso dos companheiros criado nas celas. Aos primeiros trata com indignação e ao segundo com afeto. Sua narração do alto astral dos presos é tão límpida que ousou dizer que enquanto lá fora predominava a traição e o medo (e, também, a resistência), entre os presos políticos era dominante a discussão aberta da história, de política, de economia, de ética, de cultura, em aulas e palestras organizadas, nas quais quem sabia alguma coisa ensinava aos outros. Assim, conseqüentemente, lá dentro também se falava em Liberdade...

Nos seis meses e pouco nos quais vivi a experiência de preso político, em 1964, seguramente convivi uns cinco meses na mesma cela com Bira, no 16º RI. Dele tenho as melhores recordações, apesar das circunstâncias, e dou o testemunho de sua grandeza humana. Lembro que, muitas vezes, em autodefesa, recitava na memória (como faço agora) os versos de Bandeira:

**Mas, por que tanto sofrimento,
Se o meu pensamento é livre na noite?**

Essa magia me transportava além das grades e eu vivia, livre, no território da memória e nos campos de minha utopia, um tempo de libertação e de afirmação do meu eu. Era um exercício espiritual. Assim, nas longas noites, convivía com minha mulher e meus filhos, lia meus livros, sentia o mar, a música e a presença de amigos, ensinava na minha escola e me juntava ao meu povo quando idealizava grandes manifestações políticas de punhos cerrados ao ar, em protesto e em defesa de justiça e liberdade. E mais: nem só para isso me serviam os versos de Bandeira. Sobre eles fazia reflexões

críticas. É que sabia, por experiência própria que, logo pela manhã, aquelas dezenas de homens confinados naquela cela voltariam a conversar, a discutir, a reafirmar suas convicções políticas e, então, as grades estariam superadas. Então, **por que tanto sofrimento?**

Isso me veio à memória com a lição que Bira nos dá em seu livro. Depois de cinco anos de exílio em São Paulo, já aposentado do DCT, ele volta a Natal e retoma a pena de jornalista. O tema é o mesmo: a defesa do nacionalismo. E ganha a medalha Euzébio Rocha, prêmio oferecido à melhor reportagem sobre a Petrobrás, concorrendo com 22 jornalistas do país todo. Era ao coroamento à sua fidelidade à campanha do *Petróleo é Nosso*, à sua fidelidade aos ideais políticos de democracia, de soberania e de cidadania. Prisões, exílios, arbítrio, passaram. Restou o Homem, intangível. Restou, também, minha pergunta que é uma corruptela ao verso de Bandeira:

**Por que tanto sofrimento,
Se o homem, como Homem, é indestrutível?**

Rio de Janeiro, 13 de maio (viva a Lei Áurea!) de 2001.

Moacyr de Góes.

A HISTÓRIA POLÍTICA

APRESENTAÇÃO

O dia sete de abril começou mal para este autor. Já não bastava que, há sete dias, o Brasil havia entrado no inferno de uma ditadura fascista (que perdurou por mais de vinte anos). Com dizia, começara mal o dia sete. Isto porque, às 10 horas, era preso junto com outros companheiros dos Correios e Telégrafos e conduzido por soldados armados para o quartel do 16 RI, onde permaneci preso por onze meses, de onde apenas saí com a proteção de São José, justamente no seu dia, 19, de março de 1965.

Pensativo diante da nova realidade de um homem livre (assim supunha) e que, de repente se via junto às grades, vendo o sol nascer quadrado com nuances diversas e futuro incerto, comecei a ouvir vozes, vindas de alto-falantes postados na Avenida Hermes da Fonseca, em frente à cela onde eu estava. Atentem para o que diziam: “Venham todos hoje, às 16 horas, em frente à Catedral, para agradecer a Deus por termos livrados do comunismo e nos dado a liberdade” Então disse para mim mesmo: “Que contradição... eu aqui preso, o povo brasileiro debaixo de uma ditadura fascista, sofrendo horrores e estes homens falando em liberdade. Liberdade de que? Daí o título deste trabalho, que conta algo daqueles dias, que espero ardentemente não voltem mais.

Então, com vocês “E lá fora se falava em liberdade”.

DIVISÃO EM MÓDULOS

Não havendo mais tempo para escrever outro livro, não só por causa da idade, como também pelo aspecto financeiro, resolvi, num só volume, inserir outros aspectos da minha vida. Por isso, divido este volume em três módulos distintos, onde outros aspectos profissionais e pessoais estão expostos.

Assim, afora a parte principal, que dá título ao livro, aproveitei para num dos módulos inserir crônicas da época em que escrevia na Folha da Tarde, dirigida pelo saudoso Djalma Maranhão, sob o título “Crônicas Nacionalistas”. Não têm valor cultural, mas falo de uma época de grandes lutas nacionalistas, como o movimento da campanha “O Petróleo é Nosso”, quando figuras tradicionais do entreguismo já bufavam contra as iniciativas de se construir uma nação soberana.

E nesse covil de ladrões da soberania nacional já despontavam cheios de ódio contra a pátria que lhes deu berço tipos como Roberto Campos, Roberto Marinho, o todo poderoso da Rede Globo e outros menos votados. São nomes que, infelizmente, tenho de relembrar, apenas para dar uma ideia do que eles já faziam para evitar que o Brasil desse um passo adiante e se livrasse, de uma vez por todas, da canga ianque.

Essa “Coluna Nacionalista” aqui inserida era feita “em cima da perna”, como diz vulgarmente e, muitas vezes, não havia nem tempo para se fazer uma revisão com maior atenção. Mas vai transcrita assim mesmo, para ser mais autêntica, de acordo com o tempo em que foi redigida.

O outro módulo reproduz matérias feitas em vários jornais e revistas sobre o acontecido no dia a dia, mas com assuntos de interesse geral. Há ainda matérias importantes, tais como a que fui premiado por reportagem sobre a Petrobrás, com a medalha Euzébio Rocha, ponde 22 jornalistas escreveram sobre a atuação da Petrobrás em nosso país. Modestamente e orgulhoso, dei vazão a tudo que sabia sobre a empresa, que é orgulho deste país, embora os neoliberais lutem com unhas e dentes para destruí-la. E pelo jeito vão conseguir, com a ajuda de muito dinheiro distribuído entre alguns congressistas e de certa imprensa que sempre defendeu a destruição das armas que temos para que sejamos um país livre e independente. Em outra reportagem, também premiada, tradei um perfil do Serviço Brasileiro de Comunicações.

COMO COMEÇOU

A minha prisão, no dia 07 de abril de 1964, deu-se no saguão principal da agência sede dos Correios e Telégrafos, juntamente com o saudoso professor e pastor protestante José Fernandes Machado, que fazia parte da diretoria do então DCT, que tinha como diretor o professor Luiz Gonzaga de Souza; este autor, como secretário; Itan Pereira, chefe de pessoal; José Antonio da Silva, chefe de tráfego pessoal; Álvaro Lima, chefe do setor econômico e Amauri Borges, chefe do tráfego telegráfico.

Antes, no dia cinco de abril, o diretor regional fora preso também no âmbito da própria diretoria, na sala onde dava expediente. Naquele momento, como Luiz era muito popular, os funcionários pararam de trabalhar e, num movimento de solidariedade espontânea, descerraram as escadas do prédio para abraçá-lo antes de entrar no veículo que o conduziria à prisão. Houve choro e até uma senhora desmaiou, isto tudo presenciado pelos dedos-duros, que eram poucos, mas como crápulas que eram estavam felizes porque seus objetivos começavam a frutificar junto aos que tomaram o Brasil de assalto.

É bom que se diga, antes de passar a outras fases de minha prisão, que os “dedos-duros” do antigo DCT eram, em sua maioria, analfabetos, sem preparo nenhum para ocupar cargos naquela repartição e, por isto, ficaram frustrados porque os homens da “revolução” não os aproveitaram em nenhuma função gratificada. Peço desculpas aqui por não citar nomes porque alguns já morreram e não seria justo citar uns e deixar outros “esquecidos”. Seria covardia e isto a história é que julgará. Seis que aqueles que ainda vivem têm dado “belos” exemplos de “honestidade” e convivência junto à sociedade. Isto basta. E esquecê-los é melhor, porque não sujam as páginas deste desprezioso trabalho.

Voltando ao fatídico sete de abril. Ao chegarmos ao Regimento de Infantaria fomos ouvidos por um capitão, de cujo nome eu não lembro. Machado, primeiro, com uma hora mais ou menos de conversa. Logo depois me chamaram e aí veio aquela conversa mole de comunismo, de células, de ativismo subversivo, isto tudo para justificar a prisão de pessoas honestas e trabalhadoras. Coisas ditadas pela CIA, FMI, multinacionais, enfim, os cúmplices maiores de “revolução”. Sabemos que eles (não todos) fizeram cursos especiais de tortura e métodos capazes de arrancar dos presos políticos tudo o que eles queriam saber. Mas aí, a bem da verdade, não foi o caso. Não houve tortura, prá começo de conversa, no que diz respeito ao autor.

OS PRIMEIROS DIAS

Dia oito de abril. Começaram a chegar os presos políticos não só à cela onde estávamos como também para outras dependências do 16º RI. Nesse dia, entrou Carlos Lima, jornalista com quem trabalhei na Folha da Tarde e que depois se tornaria um dos maiores livreiros de Natal.

Desconfiado e cauteloso, Carlos entrou na cela olhando para o teto e paredes, achando que não devíamos conversar, porque ali “devia estar repleto de microfones para captar conversas”. Embora ainda nervoso, Carlos foi se adaptando ao “regime” e começou a administrar a fria realidade.

Ainda no dia nove, à tarde, entraram os irmãos Oliveira (Paulo e Guaracy), também desconfiados e duvidando até das paredes... Natural, diante do clima de terror que, àquela altura, se abatia sobre o País.

As coisas foram acontecendo e nosso dia-a-dia era engrossado com boatos sobre uma possível liberação nosso, mas este dia não chegava, ao contrário, novos presos iam chegando, uns aprisionados ainda em plena efervescência do regime montado no Brasil com apoio da CIA, outros porque eram transferidos de outras celas do 16º RI, como foi o caso de Luiz Gonzaga, diretor dos Correios.

Dado o tempo decorrido e ter me descuidado no que toca a anotações, não me é possível descrever agora, passado tanto tempo, quem mais ficou em nossa cela, mas lembro-me bem que, sessenta dias depois recebi ordem para comparecer devidamente escoltado à presença do capitão Ênio de Albuquerque Lacerda. E qual não foi a minha surpresa, quando ele me disse que estava em liberdade, mas que não seria definitiva, porque “ainda estavam apurando muita coisa a seu respeito”. Até ali não sabia que era tão perigoso e que merecesse da CIA, ora instalado no Brasil, cuidados tão especiais.

Passei doze dias solto, tendo voltado a trabalhar nos Correios e, à noite, na Tribuna do Norte, onde exercia a função de jornalista, levando a vida normal de um homem que se considerava livre. A alegria durou pouco, pois numa tarde cinzenta e fria vejo entrar no gabinete do diretor regional Sabino Troccoli, o lugar-tenente do capitão Lacerda, o oficial Roosevelt. Aí desconfiei e a minha desconfiança concretizou-se quando o secretário dos Correios entrou na sala onde eu trabalhava, para me comunicar que estava sendo chamado ao gabinete do diretor.

A ALEGRIA DOS DEDOS-DUROS

Apresentei-me então ao gabinete do diretor, cuja sala estava repleta dos “dedos-duros” que nos denunciaram como subversivos. Notei todos alegres, contando piadas e escondendo na face de canalhas que eram a morbidez, o riso de hiena e a canalhice do mau-caráter. Foi quando Sabino Troccolli me comunicou que ali estava o tenente Roosevelt para me conduzir ao 16º RI. Aí dei uma de cínico diante dos canalhas que esperavam mais uma ordem de prisão: É Sabino, recebo com tranquilidade mais esta prisão, mas sei que em breve estarei aqui de volta, porque sou um homem limpo, o que não acontece com os que estão agora lhe puxando o saco e rindo. E outra coisa, se me chamam de volta ao 16º RI é porque gostaram da minha presença lá”...

No outro dia, já preso, minha mulher, na época, Doralice Varela, também funcionária dos Correios, me contou que eles, os “dedos-duros”, me chamaram de cínico porque ri na cara deles, da sem-vergonhice de todos... Mas eles, coitados, nada ganharam com isso. As próprias autoridades militares não confiavam mais em suas mentiras. Foram verificar suas fichas funcionais e descobriram coisas do arco da velha. Uns eram até ladrões. Outros, péssimos funcionários que viviam “doentes”, enganando os médicos dos Correios e com fichas mais sujas do que “pau de galinheiro”... Ora, vejamos com que tipos contavam os redentores de 1º de abril. Bem, deixe-os prá lá, que em vaso ruim é bom que não se mexa, porque quebra, nos fere e dá gangrena... A história conhece bem seus métodos sujos e mesquinhos. São coisas que se amoldam a qualquer vasilhame, não pensam, são robôs apenas. Só não são dignos de pena porque a canalhice deles não permite compaixão. Não cito os seus nomes porque nem isso eles merecem. Seria elevá-los a uma categoria superior, e em letras sérias, corruptos não entram.

FIGURAS INESQUECÍVEIS

O tempo, a idade e a falta de controle do autor fazem a diferença nesta hora, quando o relato daqueles dias sombrios poderia ser mais completo. No entanto, nada faz esquecer os momentos vividos por pessoas que marcaram pela amizade, pelo sofrimento conjunto, quando, embora revoltados com a situação, demos a volta por cima e soubemos bem administrar as horas que ali passamos, “pagando” pelo mal dos outros, ou seja, os algozes que vendiam o país, naquela hora, aos detentores do poder econômico- as multinacionais, ligadas por cordão umbilical ao imperialismo ianque. Eles, os vendedores da pátria, é que deviam está ali pagando pelo mal que faziam e ainda fazem, porque a maior parte continua a serviço dos que nos escravizam. E o pior é que se apresentam como salvadores e se elegem em todas as eleições, recebendo rios de dinheiro dos seus patrões estrangeiros, e mesmo nacionais ligados aos que nos exploram.

Apesar de tudo, nos lembramos ainda daqueles que com bom humor e fé no futuro deste país, driblavam os esquemas montados para nos amedrontar e até hoje vivem sem precisar se ajoelhar diante dos poderosos que foram nossos algozes naquela hora cinzenta e perversa da vida nacional.

Não nos esquecemos do poeta areia-branquense Antonio Silvério, que fazia versos e contava piadas, muitas delas envolvendo certos “gorilas”. De Macau, com boa verve, tínhamos o sempre lembrado Chico Guanabara (já falecido), que ria das besteiras e da ignorância dos nossos “guardiões”. Geraldo Pereira de Paula, advogado, colega dos Correios e Telégrafos, em suas discussões infundáveis com Djalma Maranhão, Luiz Gonzaga de Souza, poeta, escritor, mas lá pras tantas, depois de recitar poesias suas e de Fagundes Varela, parava de repente e perguntava: “Afinal, quando vamos sair desta merda?”. Tinha também a palavra séria e filosófica de Moisés Grilo, o homem que nunca perdeu a fé naquilo em que acreditava – um Brasil livre e soberano – o que, infelizmente, ainda não aconteceu.

Distante, em outro departamento do quartel onde estávamos, Mailde Pinto Galvão, Maria Laly Carneiro, Diva da Salete Lucena e Margarida de Jesus Cortez pagavam caro por terem tido o “atrevimento” de ensinar crianças carentes nos acampamentos da “Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler”. Esta campanha, embora tenha recebido aplausos de vários países, inclusive da Suíça, era apontada pelos fascistas que dominavam o país, de subversiva, recebendo o “Ouro de Moscou”. Viram que gracinha? Os fascistas de vez em quando davam uma de palhaço...

As professoras presas no Regimento de Infantaria foram vítimas de pressões de todas as formas, mas isso não vou relatar, porque já está descrito com muita precisão no livro de Mailde - um dos melhores documentários que já se escreveu sobre a geringonça de abril de 64. Sofreram o diabo, aquelas jovens que resolveram ensinar crianças a ler e a escrever num projeto tão bem idealizado por Djalma Maranhão e Moacyr de Góes. Os fascistóides não os perdoaram. Elas, assim como Djalma e Moacyr “pagaram o pato”

pelo fato de desejarem tirar da cegueira do analfabetismo filhos de trabalhadores honestos que não tinha condição de frequentar a escola.

Nos acampamentos, as crianças se alimentavam e tinham direito a assistência médica e dentária. Isso era um crime para os novos donos deste país. Quanto mais pobre e mais analfabeto o povo brasileiro, melhor para eles, os políticos safados e corruptos, porque assim era mais fácil comprar votos com feirinhas, tijolos, cimento e alguma alimentação. Ainda hoje é assim. E eles vão se mantendo no poder, à custa da miséria do povo.

Nós sabemos que, no Nordeste, por exemplo, jamais serão feitas obras públicas definitivas e que venham pelo menos minorar os efeitos da seca, porque a indústria da fome serve bem aos cruéis desígnios daqueles que arrancam do povo o voto, que um dia foi soberano. Fala-se até nos corredores do Congresso Nacional que o antigo “voto de cabresto”, usado pelas oligarquias, anterior aos anos 30, poderá voltar, para alegria maior ainda dos coronéis que se prevaleceram dos “currais” montados por eles mesmos para melhor garantir o voto do nosso homem simples do interior. Acredito que isso não venha a acontecer, visto que se tornaria um grande retrocesso, mas a vontade de certos políticos é enorme...

O SERESTEIRO

Até hoje não entendi porque, quando menos esperávamos, os militares, nossos “guardiões”, faziam mudanças dos presos políticos para outras dependências. Várias vezes, fomos mudados de alojamentos. O capitão Lacerda, “muito bonzinho”, certamente tinha “compaixão” de todos nós e achava que ficava muito monótono ficar em um só lugar... Nessas andanças, encontrávamos companheiros que nem sabíamos que estavam presos. Aí era aquela confraternização, muita conversa; o tempo passando, e nós ficando...

Foi numa dessas andanças que encontramos Antonio Elias de França, seresteiro, boa voz e bom violão e, sobretudo, um bom caráter. Antonio, velho amigo meu, estava ali preso, vítima de calúnia de pessoas que ele considerava e a quem já havia prestado favores. Entretanto, sempre de bom humor, sabia administrar a situação e, à noite, interpretava belíssimas canções. E uma delas, o nosso seresteiro cantava com a maior ênfase- “Serenata da Chuva”, de autoria de Jair Amorim e Evaldo Gouveia, gravada na época pelo saudoso Altemar Dutra, cuja letra se segue: “Só, lá fora a chuva que cai/ só, eu pego o meu violão/ Mal tango o bordão/ Esta canção tão triste sai/ Sou um seresteiro a sonhar/ Mas sem ter ninguém sem luar/Canto e a chuva fria cai/ Canto nesta noite assim/ Chove solidão dentro de mim/ Onde andaré neste momento o meu amor/ Em quem pensará longe de mim/ Sem meu calor/ Tão sozinho agora estou/ Chove e a chuva não tem/ Chove solidão dentro de mim”.

Antonio não está mais entre nós, mas aqui fica a homenagem ao grande seresteiro, que tem como sucessor na arte de cantar, seu filho Glicério, também nosso companheiro de boemia.

OS ACADÊMICOS

José Arruda Fialho, Josemá Azevedo, Francisco Ginani, Geniberto Campos e Evlin Medeiros representam várias tendências do movimento de apoio às reformas de base. Todos agregados a organizações sindicais e estudantis, pessoas de boa formação e patriotas convictos, foram, na sua maioria, vítimas dos “dedos-duros” na própria Universidade.

Fialho, também adepto da boa música, cantava belas canções, dotado que é de boa voz e muito bom gosto. Quando foi preso, numa tarde de chuva, relembra a música que transcrevemos aqui quando falávamos de Antonio Elias de França, “Serenata da Chuva”; Josemá, calmo e tranquilo, sempre esperando notícias por intermédio da noiva Joana Dar’c, que todos os dias ia visitá-lo; Ginani, muito descontraído, sempre fazendo exercícios físicos, já que cuidava muito do corpo; Geniberto, sempre alegre, e mais alegre ficava quando seus familiares vinham visitá-lo. Depois ficava triste por alguns instantes logo que as visitas iam embora; Evlin Medeiros sempre discutindo leis e códigos, já que estava para se formar em Direito quando foi preso.

Essa era a turma dos acadêmicos, de um modo geral, descontraídos e certos de que aquela situação não demoraria muito e para isto confiava, como todos nós no povo brasileiro, que jogaria fora os grilhões a que estava submetido.

Embora já formado, mas que dado à faixa etária, estava sempre com os “meninos” acima citados, uma figura que marcou época, foi Eurico Reis, pernambucano, mas com sangue potiguar, já que seus pais eram mossoroenses. Inteligente, estudioso das teorias marxistas, Eurico ria muito da ignorância dos nossos “guardiões” e fazia zombarias inesquecíveis. Certo dia, o nosso Eurico conseguiu sua transferência para Recife, onde morava a família e os episódios advindos de sua ida para a cidade do Natal, transformando-se em verdadeira epopeia, tudo dando certo, graças a Deus. Eurico cantava e representava peças teatrais como se fosse um verdadeiro profissional. Sua saída deixou saudade em todo o grupo, mas ficamos satisfeitos por ter ido para junto dos seus, o que certamente deixou-o menos angustiado durante o resto do tempo em que passou preso.

VULPIANO CAVALCANTI

Pela experiência, liderança, inteligência e carisma, Vulpiano Cavalcanti foi para nós, que juntos amargurávamos dias sombrios nos porões de uma ditadura nazista e perversa, um bálsamo para as feridas provocadas pelo ódio e insensatez dos que deixaram o país e toda uma população, CPOR duas décadas, afligida.

O médico cearense vinha de outras passagens em prisões feitas, também em diversas situações amargas de nossa política. Comunista sincero costumava dizer que se orgulhava mais de ser comunista declarado, ativista dos mais respeitados e temidos pela classe dominante, do que mesmo de sua condição de médico. Era sobranceiro, nada temia e, em suas respostas aos vários carrascos de sua passagem por momentos como aquele, costumava dizer que a luta era uma razão de ser de sua existência. O que resultasse daí, de bom ou de ruim, já estava nos seus planos.

Sentindo de perto o valor daquele extraordinário líder, ficávamos sempre ao seu lado, conversando e recebendo lições de vida do guerreiro que era. Respeitava as nossas opiniões acerca de assuntos que não estavam dentro de sua ideologia. Fazia questão até de ouvir e emitir conceitos, quando o professor Moacyr de Góes, diariamente, às seis horas, lia trechos da Bíblia e lhe pedia opinião a respeito. Ele, agnóstico, tinha a sua própria convicção sobre a existência de Deus e não se furtava aos pedidos, não só de Moacyr, como os de todos nós.

Brincalhão, gostava de contar e ouvir piadas e dedicava-se muito a exercícios físicos, principalmente a caminhada, dentro da própria cela, pois outro local mais espaçoso não existia. Morreu poucos anos depois que o Brasil voltou à normalidade democrática, deixando um vazio muito grande entre os que privaram de sua amizade.

MOACYR DE GÓES

Moacyr de Góes, baluarte da “Campanha de Pé também se Aprende a Ler”, não podia deixar de receber “bordoadas” dos novos donos do poder. Como se sabe, a classe dominante, seja do Brasil ou de qualquer outro país do Terceiro Mundo, não tem interesse que o povo seja alfabetizado e nem tenha condições de chegar a uma situação social melhor do que aquela em que vive. Isto é muito bom para os que exploram a miséria e se elegem à custa dela. Pois bem, Moacyr era odiado por essa gente. E, por isso, com toda a sua equipe, foi parar nos porões fascistas.

Já falei das professoras que seguiam a sua liderança na campanha e, com ele, marcaram uma época de ouro na administração de Djalma Maranhão. O programa a que eles dedicaram todo o seu empenho e entusiasmo foi registrado em todo o mundo como uma das diretrizes mais belas dos governos que querem e desejam fazer o melhor para a população carente, mas no Brasil, dominado por uma elite que nada faz em favor dos que vivem na miséria ou perto dela, não há interesse por esse tipo de educação. Daí, a perseguição, a prisão e a pecha desmoralizada de “subversivo”. Subversivo sim, porque subverte a ordem das coisas por eles, os alienados, criadas. E naquela época, era o fim do mundo crianças de pé no chão aprendendo a ler. Cada criança era mais um futuro eleitor que, aprendendo a ler, jamais votaria em seus algozes. É o que se vê ainda hoje com o trabalho escravo infanto-juvenil nas carvoarias, pedreiras, canaviais, etc, sem que o governo neoliberal instalado no Brasil tome providências.

Não detalharei nesta página dedicada a Moacyr de Góes, o que foi sua saga naquela fase vergonhosa, pois ele com mais autoridade e maiores e melhores elementos tudo já disse em seus dois belos livros “Sem passagem” e “Entre o Rio e o Mar”. Fica aqui apenas ressaltado o grande companheiro que foi Moacyr durante aqueles trágicos dias, que espero nunca mais hão de voltar.

IRMÃOS OLIVEIRA

Dois dias depois da minha prisão, começaram a chegar mais presos políticos à cela onde me encontrava. E na tarde de 09 de abril, Guaracy Queiroz de Oliveira e Paulo Frassinetti de Oliveira “davam entrada” no local que, pouco a pouco, foi recebendo mais “implicados na subversão”. Desconfiados e seguros, os dois não queriam conversa com as pessoas que já ali estavam. O nosso Guaracy, então, era mais cauteloso que Paulinho. E conversa que bom, nada. Dizia ele que dezenas de alto-falantes estavam colocados nas paredes, de forma embutida, que só os “milicos” sabiam onde estavam. Com o correr dos dias, os dois foram se soltando mais. Que jeito...

Daí por diante foram chegando os elementos perigosos (para eles, é claro) e o grupo foi aumentando de forma que, diante da triste realidade, diga-se de passagem, íamos administrando o fato real. Surgiam esperanças de soltura, que logo fugiam quando víamos, a cada dia, chegarem mais companheiros. Após as visitas familiares, que tiveram início oito dias depois, ficávamos mais tristes, principalmente quando tomávamos conhecimento de que haviam sido humilhados na portaria do quartel, pois desembrulhavam com toda estupidez lanches ou pacotes de roupas, soltando piadas e deixando-os cada vez mais nervoso. Creio que faziam isso para desestimular a ida de mulheres e filhos àquele lugar que, sendo um quartel de uma unidade do glorioso Exército brasileiro, deveria merecer mais respeito. As cinzas de Caxias, de Osório e de outros grandes heróis nacionais mereciam e continuam merecendo mais respeito. Eles vestiam a farda da nossa força maior e muito a dignificaram; não foi para que a transformassem em instrumento de perseguição e arbítrio contra um povo pacífico e indefeso.

AS TURMAS DE MACAU E DE AREIA BRANCA

Na madrugada de dia 10 estavam chegando líderes salineiros da simpática cidade de Macau, com alguns deles tidos pelos donos do golpe como de alta periculosidade, somente porque lideravam companheiros de profissão, como sejam barceiros, salineiros, estivadores, fiscais de carga, enfim, pessoas que trabalhavam na área marítima que, na época, representava a vida econômica das cidades de Macau e Areia Branca. Dentre eles, o deputado estadual Floriano Bezerra, homem de bem que sempre esteve ao lado dos trabalhadores de sua terra. Floriano, calmo, tranquilo, de poucas palavras, mas de muita coragem e de um patriotismo acentuado, foi torturado e por muito pouco escapou para contar a história.

Ainda de Macau, o irreverente Francisco Mariano, que pouco antes de rebentar o golpe, tinha exercido o cargo de Superintendente do Instituto dos Marítimos no Rio Grande do Norte. Chico Guanabara, como também era conhecido, situava-se entre aqueles que não se apertavam muito, dado seu espírito brincalhão e com a maneira de encarar as coisas ruins com humor e muita gozação. Chico hoje não se encontra mais entre nós, tendo falecido em Macau anos depois. Chicão, outro líder macauense já era diferente de Mariano, pois era caladão e sofria muito com a situação em que se encontrava. Em certos momentos, se concentrava e, muitas vezes, enchia os olhos de lágrimas com saudade da mulher e dos filhos, arrebatado pelo regime que ora se instalara no Brasil com o beneplácito do Departamento de Estado da grande nação do Norte...

Também de Macau, recorde-me de Ivo Ferreira dos Santos, cunhado de Floriano Bezerra, que viria posteriormente a se formar em Direito, era um estudioso das causas sociais e batalhava naquela cidade por dias melhores para a população. Ivo fez concurso para o Departamento Regional do Trabalho, ocupando um cargo digno de sua formação e hoje está aposentado, residindo em Natal. Evaristo Lopes de Souza, também de Macau, do Sindicato dos Conferentes, era um líder nato, com muita influência na categoria.

De Areia Branca, Antonio Silvério, destituído na época da presidência do Sindicato dos Conferentes, muito bem humorado e poeta era dos mais tranquilos. José Barbalho, com dupla liderança em Areia Branca e Macau, era polêmico e não se conformava com o que estava acontecendo, e perguntava: “O que diabo estou fazendo aqui?”. Aldenor Cândido, também sindicalista, foi à bruta força arrancado do Sindicato em que era líder, por ser um elemento muito “perigoso” para o regime. Aldenor é pai do jornalista Carlos de Souza, meu amigo e com que trabalhei no Diário de Natal.

Para terminar o ligeiro perfil do pessoal das salinas, preso por ser “perigoso” lembro ainda Joaquim Xavier de Souza, presidente na época do Comando Estadual de Trabalhadores, com base em Macau. Este, calmo e tranquilo, era outro que ria muito das sandices dos nossos “guardiões”, mas com sabedoria e a experiência de um verdadeiro líder, acalmava a todos, continuando sempre bem humorado, dentro de uma simplicidade digna e honrada.

CARLOS LIMA

Não devia e nem podia deixar de fazer uma alusão especial a Carlos Lima, meu amigo e meu irmão. Trabalhamos juntos na Folha da Tarde, defendendo princípios da luta que é de todos os brasileiros. Carlos sofreu talvez mais que todos nós, pois era muito jovem na época e não tinha ainda a experiência própria das pessoas adultas. Mesmo assim soube resistir às pressões dos que se julgavam donos do país e comportou-se com dignidade durante o tempo em que esteve preso. Mais tarde, passada a tempestade, o jornalista que já era na época, tornou-se um grande editor, movimentando o mercado livreiro em Natal. Não está mais entre nós, mas ficou a lembrança de um homem sempre defendeu as suas causas com entusiasmo e respeito. Editamos juntos, depois da baderna instalada em primeiro de abril de 1964, a revista Cadernos do Rio Grande do Norte e a Folha dos Municípios, publicações voltadas para os problemas do nosso Estado. Foi de lá, da gráfica de Carlos Lima, onde editávamos a revista, que fui trabalhar nos Diários Associados, a convite de jornalista Luiz Maria Alves, então diretor-superintendente. O jornalista Cassiano Arruda Câmara foi o portador do convite, e no Diário de Natal trabalhei 17 anos. Boas recordações tenho do tempo em que prestei meus modestos serviços ao Diário, e ainda hoje mantenho as amizades construídas à custa de muito trabalho e dedicação.

Sobre os Cadernos do Rio Grande do Norte ainda tenho a dizer que a revista marcou época na imprensa norte-rio-grandense e, como tal, destacaram-se figuras que fizeram parte da sua infraestrutura, como por exemplo: João Gualberto de Aguiar, na função de editor, e Carlos Lyra e Campelo, na parte fotográfica. Nos contatos, tivemos Maria Isa Freire, Sebastião Carvalho, João Batista Machado Everaldo Lopes. Como colaboradores, tivemos Veríssimo de Melo, José Melquíades, Ana Maria Cascudo Barreto, Hélio Galvão, Vicente Serejo, Sanderson Negreiros, Camilo Barreto e Liszt Madruga. O corpo de diretores era formado por Carlos Lima, diretor-presidente e proprietário da empresa que editava a revista e ainda Ubirajara Macedo e Chagas de Oliveira. Eventualmente, outros colaboradores prestaram serviços à revista, porém aproveitou a oportunidade para me desculpar por não seus nomes.

ALDO DA FONSECA TINOCO

Formado em Odontologia, o ex-deputado estadual Aldo Tinoco estava exercendo em São Paulo, na USP, a função de professor de Medicina Sanitária, quando foi obrigado a voltar a Natal, em situação nada cômoda. Fora “dedurado” por antigos companheiros seus da Universidade do Rio Grande do Norte como “perigoso comunista” e, então, foram buscá-lo na “toca vermelha” da famosa universidade paulista. Lembro-me da chega de Aldo à nossa cela, sempre cauteloso e evitando conversa. Isto nos primeiros dias, porque depois se soltou e as conversas fluíram bem humoradas. Certo dia, chegou mais um preso que não sabíamos quem era. Depois ficamos sabendo que era Edgar Dantas, comerciante de Macaíba, homem bom e cordato, porém Aldo não sabia por que ele havia chegado ali. Edgard Dantas apenas era vereador na terra de Auta de Souza, não tendo nenhuma vinculação com os partidos de esquerda na época. Aldo quando viu o comerciante chegar, cobriu-se todo pensando que Edgard tinha vindo para patrulhá-lo. Nada disso, o modesto comerciante tinha sido vítima também da “deduração” que campeava solta e não perdoava ninguém. Com os dias é que foi se sabendo da história de Edgard. Então, voltou tudo ao normal, com Aldo tranquilo, se é que há tranquilidade em prisão, e o macaibense contando o porquê de sua estada ali. Poucos dias depois, Aldo era transferido para o presídio de Fernando de Noronha, justamente no mesmo dia em que foram Djalma Maranhão e o ex-deputado Floriano Bezerra. Pela madrugada, os companheiros de prisão foram acordados e imediatamente receberam ordens para aprontar as “malas” e, algemados, foram quase arrastados para o transporte que os levariam para o aeroporto. Foi mais um dia de desespero, não só para os que foram, como para os que ficaram, pois na hora não se sabia qual era o destino dos três. Posteriormente é que soubemos o que acontecera com os mesmos.

Não poderia deixar aqui de lembrar outras figuras que estiveram conosco naqueles dias que, espero, não voltem mais. Entre eles, Waldier Gomes dos Santos, líder rural em Montanhas e Pedro Velho, no agreste potiguar, que foi torturado por mais de uma vez; Osvaldo Guedes de Moura, que agenciou por muito tempo o jornal de esquerda “O Semanário”; Manoel Bento da Silva, agricultor na região de Baía Formosa; o protético Washington Luis Fernandes; José Nunes, sapateiro em Nova Cruz; Carlos Alberto Galvão Siqueira, funcionário público residente em Natal; Francisco de Assis Gomes, estudante na época, outro torturado e que precisou da intermediação de dom Eugênio Sales para que não voltasse a ser molestado fisicamente. Logo depois, Gomes seria libertado, mas sofreu muito antes que saísse da prisão. Finalmente, fechando esta relação, o professor e político em Canguaretama Noel Bernardo de Oliveira e o estudante, na época, Nilson Advíncula de Souza, nascido em Macaíba, mas residente em Brasília. É bem possível que alguns nomes tenham escapado de minha lembrança, mas se aconteceu, peço desculpas.

DJALMA MARANHÃO, UM CAPÍTULO ESPECIAL

Djalma Maranhão tem uma história toda especial neste contexto, não só porque, na época, exercia o cargo de prefeito da cidade, como também pela sua liderança incontestável e honradez tanto pessoal como administrativa. Todas essas características do homem de esquerda que sempre foi, irritava os golpistas porque sabiam que ele jamais de entregaria aos planos antipatrióticos que estavam pondo em prática neste país. Uma das provas disse foi o depoimento prestado perante o delegado especial designado pelo Governo Estado, Carlos Moura de Moraes Veras junto à CPI da 7ª Região Militar.

Naquela oportunidade, Djalma tomou para si toda a responsabilidade de seus atos, tanto na administração municipal como na direção do jornal Folha da Tarde, onde não só se responsabilizou por matérias assinadas, é lógico. Mostrou coerência, coragem e antes de tudo, o espírito de liderança que sempre foi um marco da sua vida pública. Deixo de citar aqui trechos daquele depoimento em razão de já sido inserido, de forma completa, em livros da professora Maria da Conceição de Góes por ocasião da elaboração da tese de Doutorado “Cristãos e Comunistas na Construção da Utopia – a Aposta da Luiz Maranhão Filho”, apresentada à UFRJ, em 1997 e, também, do professor Moacyr de Góes em seu recente trabalho “Da Fidelidade e do Risco- um Estudo de Caso- Djalma Maranhão”.

Lembro-me ainda das discussões saídas que Djalma sempre mantinha, dando verdadeiras lições de vida e bom comportamento político, social e ético àqueles que não tinham a experiência necessária para enfrentar momentos inesperados. Foi provocado, várias vezes, por alguns oficiais despreparados totalmente para a missão militar, mas sempre se saía com galhardia. Em certa madrugada, armaram-lhe uma cilada. Deixaram aberta a porta da cela onde estava e uma voz em surdina aconselhava-o a fugir. Mas ele, com sua sagacidade e experiência, não seguiu o “conselho” misterioso. Sabia que o resultado da “fuga” seria fatal. O que poderia esperar de um regime fascista instalado no país com a cobertura dos mesmos que assassinaram Salvador Allende? Não me cabe aqui falar sobre a vida rica e cheia de bons exemplos do nosso admirável Djalma, vez que este trabalho se constitui em lembrar os dias de chumbo passados na prisão. Outros autores melhor informados já escreveram sobre sua vida, obra e feitos notáveis como administrador e político, inclusive seu filho Marcos e mais os autores aqui citados, Moacyr, Conceição e Mailde.

Um dia talvez venha a fazer um trabalho mais completo do que representou Djalma para a sociedade do Rio Grande do Norte. É muito vasta a biografia do homem que revolucionou a educação em nosso Estado. Esta uma das causas da sua prisão e que culminou com o seu exílio no Uruguai, aonde veio a falecer de saudade, pois amava muito esta cidade que lhe viu nascer. Muito foi dito sobre Djalma, mas acredito que muito ainda tem que se dizer. O futuro dirá.

JOSÉ IAPONÍ GALVÃO

Ferrováriario, com liderança acentuada dentro de seu grupo de trabalho, José Iaponi Galvão era uma das figuras mais extrovertidas entre os “perigosos” homens guardados pelo glorioso Exército Nacional. Em certo dia, Iaponi, sem saber do que se tratava, recebe ordens para se preparar para sair do quartel. Muita alegria entre todos e, principalmente, é lógico, do “beneficiado”. Mas depois tudo foi explicado. O nosso amigo sairia dali para uma delegacia de polícia, onde continuaria pagando pelo que não fez. Soube-se depois que familiares dele tinham conseguido sua ida para um lugar onde pudesse haver uma melhor comunicação. Abraços de despedida com o nosso Eurico Reis, recomendando: “Não esqueça, Iaponi, aonde chegar, politize, politize e politize. Lembre-se sempre que precisamos explicar quem é o canalha que hoje dirige este pobre país”. Os militares levando Iaponi e o grande Eurico repetindo o conselho para que ele politizasse. Todos riram, mas Eurico não deixava de estar prestando um grande serviço à democracia, naquela hora, morta e enterrada em nosso país. Pobre País.

MERY MEDEIROS

Muito jovem ainda, Mery Medeiros, idealista, sério e trabalhador, engajou-se nas lutas pelos direitos dos mais carentes, com atuação nos sindicatos de classe e, também, pela soberania do nosso país, já àquela altura dos acontecimentos, ameaçada pela turma comandado por Roberto Campos, Roberto Marinho, Delfim Neto, Pena Boto e outros menos votados. Como se sabe, os “venda pátrias”, cupinchas dos que deram o golpe, aproveitaram-se do momento para massacrar todos aqueles que ainda sonhavam com uma pátria independente. E o nosso Mery também não poderia escapar da sanha de todos, àquela altura, a serviço das multinacionais e dos interesses do Departamento de Estado de grande nação do Norte.

Mery ainda hoje é um dedicado à luta sindicalista. Escritor, publicou recentemente um livro em que sintetiza sua vida de lutas.

JOSÉ FERNANDES MACHADO

Pastor protestante, professor e cursando Direito em nossa universidade, Machado era dos idealistas mais sinceros de quantos sonhavam com um Brasil livre das peias de um imperialismo que ainda hoje atrapalham os planos de nações que desejam ser livres. Preso no mesmo dia (07/04/1964), fomos juntos para o 16º RI, onde começaram os interrogatórios seguindo o mesmo modelo, isto é, a velha cantilena: “onde estão os comunistas dos Correios? Onde vocês se reuniam nas células organizadas pelo grupo dos 11? Quem são os comunistas, seus colegas?” Uma mixórdia que nós já sabíamos de onde vinha e por quem tinha sido preparado. Machado já sabia das mazelas preparadas pelos agentes da CIA no Brasil, respondia com categoria às perguntas dos nossos carcereiros, negando tudo que a ele perguntavam, diante de uma “virola”, instrumento que servia na década de 30 para surrar ladrões comuns e até inimigos políticos dos sobas da época. Eu mesmo, quando menino, vi por várias vezes, nas cadeias públicas de São Gonçalo do Amarante e Macaíba tais instrumentos pendurados nas delegacias. Pois sim, a revolução de primeiro de abril lembrou os tempos idos, trazendo de volta a “bichinha” que, diga-se de passagem, neste autor nem Machado foram “alisados” por ela. Mas por pouco, pouco, muito pouco...

Devido ainda à perseguição de que foi vítima, Machado, depois de um concurso brilhante para o cargo de Juiz de Direito de Pedro Velho, foi preterido na sua nomeação e passou certo tempo lutando pelos seus direitos. Ao ganhar na Justiça e ter suja nomeação confirmada, poucos anos depois falecia, vítima de forte diabetes. Mas valeu a luta de José Fernandes Machado. Infelizmente, se foi ainda jovem, mas certo de que, um dia, este país proclamaria a sua verdadeira independência.

GERALDO PEREIRA DE PAULA

Figura inteligente e que, desde muito jovem se ligou nos movimentos populares visando à libertação econômica do nosso povo. Foi funcionário dos Correios e Telégrafos por muitos anos, tendo se aposentado como procurador do IPASE, em Recife. Geraldo nunca negou fogo em sua luta. Preso também pela “redentora”, Fo testemunha de fatos só acontecidos em regimes de exceção, como os ocorridos nos anos de chumbo impostos pela CIA em momentos tortuosos da nossa política. Polêmico, o nosso Pereira de Paula sempre tinha assuntos para discutir nas diversas celas da ditadura aqui em Natal, mas, diga-se de passagem, e a bem da verdade, as discussões de Geraldo visavam ao bem comum de todos nós, inclusive mostrando erros primários das lideranças políticas que apoiavam o governo constitucional derrubado por uma ditadura cujos princípios, estratégias e determinações não partiram de dentro da pátria amada, idolatrada, salve, salve. Ajudou e muito a luta dos camponeses sem terra. Daí o ódio dos que achavam e ainda hoje acham que tudo foi feito na terra foi organizado para eles.

Ninguém tem direito a coisa alguma. Gente com a mentalidade medieval e que, muitas vezes, ganhou na marra, tomando dos mais fracos, terras que a eles nunca pertenceram. Ressalve-se, no entanto, que alguns lutaram ou receberam de seus pais, também pessoas que trabalharam, terras e benesses de uma luta digna. Contra esses, nada a opor, merecem até elogios. A boa briga de Geraldo ficou mais centrada na luta para que homens sem terra tivessem direito ao trabalho em terras não produtivas e que nada representavam para os latifundiários da época. Finalmente, Geraldo sofreu, mesmo antes de ser preso, muitas perseguições dentro dos Correios por ser um líder e ter muitas amizades naquela repartição. Mas nunca se entregou aos arreganhos dos que administravam o nosso DCT.

IDA PARA SÃO PAULO

Depois de ter passado onde meses preso, fui liberado em parte, uma vez que a prisão fora transformada em domiciliar. Saí do velho quartel do 16º RI, no dia 19 de março de 1965, deixando ainda dois presos políticos encarcerados: Manoel Bento, velho agricultor em Baía Formosa, e o jovem estudante Nilson Advíncula de Souza. Como se vê, fui dos últimos a sair, pois, graças a Deus quase todos os companheiros de prisão tinham conseguido *habeas corpus* e caído fora. Mais uma vez, repito, era perigoso e não sabia...

O advogado que conseguiu transformar minha prisão em domiciliar foi o Dr. Ítalo Pinheiro, hoje presidente do Tribunal de Justiça. Ainda hoje, quando nos encontramos, relembramos o trabalho que ele teve para conseguir o *habeas corpus* mas, como também sou filho de Deus, a luta de Ítalo deu certo e hoje me sinto-me grato àquele magistrado.

Voltei às minhas atividades profissionais, não só nos Correios, mas também no jornalismo e acompanhando de perto tudo o que os “reformadores” do país faziam, completamente dominados pelas mesmas forças que apoiaram o golpe traiçoeiro de 64. Quantas coisas ruins aconteceram!... Mas tivemos que engolir as mazelas causadas que a CIA e outros cúmplices internacionais ditava aos sobas que foram se sucedendo no poder, que àquela altura não sabíamos até quando iria. Não podemos destacar aqui nada que dissesse, isto é bom para os brasileiros, isto é bom para a nossa liberdade, isto é bom para nossos filhos! Nada surgiu para que se justificasse a infeliz tomada do poder naquele fatídico primeiro de abril. Nada mesmo, além do sofrimento de milhares de famílias vendo seus pais, seus filhos, netos e parentes sucumbindo diante de uma força bruta, fascista e retrógrada ditada por interesses de fora, que nada tinham a ver com o que de melhor pudesse existir em benefício do povo brasileiro.

A vida corria sem maiores novidades, a não ser a obrigação de me apresentar todos os finais de semana do Quartel General para assinar um livro provando que não tinha me afastado de Natal, onde ainda cumpria prisão domiciliar. Comigo, Carlos Lima, as estudantes de Direito Tereza Braga e Berenice Freitas, José Fernandes Machado, os irmãos Guaracy e Paulo Oliveira, além de outros que a memória no momento não me ajuda a lembrar. As idas a Recife também quebraram um pouco o ritmo normal da minha existência naqueles dias cinzentos. Tinha que ir depor ao Juizado da 7ª Região Militar, onde estava rolando o nosso processo. Formalidades só, porque em regime de exceção como o que estávamos passando, tudo isso eram firulas que não impressionavam a ninguém. Havia entre nós, os mesmos que se apresentavam ao quartel em Natal, um espírito superior a tudo o que se passava. Tereza e Berenice faziam bem passar em o tempo com suas irreverências e lembranças da época em que driblaram as forças da repressão.

Lembravam também dos maus momentos que passaram na fase mais aguda da fuga em busca da liberdade. Em Recife, nos encontramos com Eurico Reis e juntos enfrentávamos os questionários manipulados pelos “juízes” fardados. Havia o caso coisas gozadas, partidas dos mesmos juízes. Por aí se vê como eram preparados aqueles

que nos iam julgar... E Eurico, bom advogado, ria de chorar com as besteiras que ouvia dos “magistrados”. Mas tudo que se passou fazia parte do show daqueles que, coitados, recebiam ordens de fora e ali estavam representando uma farsa que ainda hoje perdura em alguns setores da vida nacional. Tempos depois, já exilado em São Paulo, soube do resultado de nossas idas ao Tribunal Militar de Recife. Tinha sido condenado a um ano, e como já tinha cumprido onze meses de prisão celular e mais dois de domiciliar, fui considerado livre de qualquer outra pena. Também pudera!

Finalmente, São Paulo. Quando menos esperava, trabalhando nos Correios e Telégrafos, chega notícia da minha transferência para a capital paulista. Encarei com calma o ato dos meus superiores hierárquicos e fui tratando logo de “arrumar a trouxa” e, para encurtar a história, dia 23 de junho estava embarcando no aeroporto Augusto Severo rumo ao Congonhas. Na viagem, comigo iam mais três funcionários da mesma repartição, estes transferidos por perseguição. Boas pessoas e ótimos companheiros, mas nada tinha com problemas políticos. Aproveitaram a ida de um “subversivo” e mandaram os rapazes embora. Desses, um voltou, um morreu e outro continua morando lá e sei que vai bem de vida. Aposentou-se e trabalha em empresa privada. É competente e lembro-me que seu nome é Francisco Pereira. Minha homenagem daqui ao velho companheiro de viagem e de trabalho.

A LUTA EM SÃO PAULO

A luta em São Paulo durou cinco anos e meio. Apresentações em quartéis, em juntas militares e o “diabo a quatro”, até que com a minha condenação por um ano, deu margem a que me visse livre das malditas apresentações, que duraram quase dois anos. Não podia deixar de procurar trabalho em jornais, honrando assim minha profissão. Enquanto isso, tentei até vender livros e isto aconteceu justamente na editora que publicou na época um livro que estava sendo muito vendido – “História do Povo Brasileiros”, de autoria de Jânio Quadros e Afonso Arinos. Por não ter experiência no ramo, muito custei a deslanchar nas vendas. A princípio, com meus colegas dos Correios, depois com pessoas conhecidas e amigas. Deu para o gasto, mas não era isso que queria.

Finalmente, certo dia um jornalista, que era relações públicas da editora, me informou que a então Rádio Piratininga estava precisando de um redator para o jornal falado matutino “Rotativa no Ar”, cujas atividades de redação começavam à meia noite para, às cinco e meia da manhã, o jornal entrar no ar. Fui então falar com o diretor da rádio, um alagoano de nome Amauri Vieira, que se não me engano é o pai do apresentador Amaury Junior, da TV Bandeirantes. Feita a proposta, aceitei e, nessa mesma noite, comecei a trabalhar. Note-se que era o único redator do jornal falado e tinha que preparar um total de dezoito laudas, com interrupções ainda para ir ao ar, as primeiras notícias do dia, organizadas por mim. O pior é que saía dos Correios exatamente às vinte e três horas e quarenta minutos, mas como a rádio ficava perto dos Correios, lá chegava mesmo na hora de iniciar os trabalhos. Como morava no bairro de Perdizes, não havia tempo de ir jantar em casa, e daí, o drama. Tinha que fazer lanches pelas casas de pasto da São João ou Ipiranga, pois só iria para casa depois que o jornal fosse ao ar.

Lembro-me bem que em algumas horas, diferentes das do meu horário normal naquela rádio, encontrei-me várias vezes com dois cantores e compositores que iniciavam suas carreiras vitoriosas. Eram os jovens Antonio Marcos e Reginaldo Rossi, que faziam um trabalho de relações públicas para divulgar suas músicas que, naquela época, começavam a agradar o público, cada qual dentro de suas características, é claro.

DO CÁRCERE A CÁCERES

Qual não foi a minha surpresa quando, chegando certo dia à repartição para cumprir meu expediente, deparei-me com a notícia de que estava transferido para a cidade de Cáceres, em Mato Grosso. Tremi da cabeça aos pés, pois sabia que companheiros meus que tinham ido para aquela região haviam desaparecido e nunca mais suas famílias souberam notícias. Mas tudo era de se esperar de um regime de exceção que pouco tempo depois se instalaria no Chile, tendo como “protetores” os mesmos elementos de fora do país, sob o pretexto de eliminar o comunismo nas terras americanas. Que jeito, senão cumprir as ordens...

Dias depois, seguia rumo a Cuiabá, de onde sairia de ônibus para a cidade de Cáceres. O interessante na viagem é que, no aeroporto de Congonhas, deparei-me com Hélio Vasconcelos que, residindo no Rio, onde ocupava importante função jurídica na Funabem, viajava para Mato Grosso a serviço. A viagem então, se tornou agradável, uma vez que Hélio com aquele espírito bem humorado, não me deixava parar de rir. E o bom humor de Hélio era todo centrado no que ocorrera quando, há cerca de dois anos estávamos “vendo o sol nascer quadrado” nas prisões de Natal. Ele, no RO e na Polícia Militar, e eu, no 16º RI recebendo ameaças do famoso capitão Ênio de Albuquerque Lacerda. Inesquecível, pois, o encontro com Hélio Vasconcelos.

Logo que cheguei a Cuiabá, encaminhei-me para a estação rodoviária com o propósito de viajar para o destino final a cidade de Cáceres, situada às margens do Rio Paraguai, mesmo na região que faz fronteira com a Bolívia. Havia um batalhão do Exército ali, que os militares chamavam de Batalhão de Fronteiras, e como ainda estava sujeito ao regime de prisão domiciliar, tinha que me apresentar todas as quartas-feiras naquela unidade. Era aí que a coisa pegava... Eu, um desconhecido total, em local longe de tudo e de todos. O que me garantia que eu sairia dali com vida?

Foi então que antes de me apresentar ao agente dos Correios onde iria trabalhar, tive a ideia de pedir férias, pois ainda não as tinha gozado, e se o meu pleito fosse atendido, voltaria um mês depois com a família, e aí sim ficaria de vez naquele fim de mundo. Caso não me fosse concedido o período de férias, voltaria de qualquer maneira para São Paulo, correndo o risco de perder trinta anos de serviço público. Comprei a passagem de volta, mesmo sem saber se o agente me concederia o que iria pleitear.

Finalmente me apresentei ao agente, a quem contei minha história, alegando que se ele me concedesse férias traria minha mulher para Cáceres e então seria mais uma funcionária para ajudar nas tarefas da agência. Imediatamente o homem concordou e o suspiro de alívio veio forte... Deixa que já eu estava separado de Doralice Varela e o que eu pleiteei foi apenas para ganhar tempo, pois dessa forma teria trinta dias para me virar. Só Deus sabe por que fiz isso, pois o agente me tratou bem e acreditou na minha palavra. Mas naquela ocasião tinha que apelar para tudo, pois estava em jogo minha própria vida. A mentira, neste caso, seria para salvar uma vida em perigo, e como não houve alternativa, pedi perdão a Deus por haver cometido tal pecado.

Chegando a São Paulo, me reintegrei à Rádio Piratininga, cujos diretores me concederam uma pequena licença para tratar de negócios particulares e, dois dias depois, viajava ao Rio de Janeiro para falar com o diretor geral dos Correios e Telégrafos, general Rubens Rosado, numa missão desesperada para salvar o meu emprego, ameaçado, uma vez que não voltaria de jeito nenhum para Cáceres. Não foi fácil falar com o mesmo, mas o chefe de gabinete era do Rio Grande do Norte, portanto, conterrâneo, e através dele consegui chegar e contar minha história ao general. Ele, a princípio, botou dificuldades para minha volta a São Paulo, mas o fiz ver que estava perto de me aposentar e seria para mim e minha família um desastre, pois era um homem pobre, assalariado e somente a minha profissão de jornalista não seria suficiente para manter os filhos. Ele falou da minha “periculosidade” e que havia denúncias sérias a meu respeito e que todos os serviram ao governo Goulart tinham mesmo que ser penalizados. Ora, disse, se todos os que serviram ao governo Goulart tinha que ser penalizados, por que somente eu o seria? E disse mais: ”General, tenho horror à palavra “dedo-duro”, mas se o senhor me permitir, cito agora mesmo dez ou mais pessoas que serviram ao regime passado e continuam no cargo até agora”. Foi uma ajuda de Deus ter colocado isso. De repente, o homem parou de falar, pensou alguns instantes e pediu para eu falar com o Sr. Waldemar Troccoli, seu auxiliar imediato e que tinha sido diretor regional dos Correios em Natal. Fui, e o resultado não poderia ter sido melhor. Waldemar disse que já sabia do que se tratava e me tranquilizou afirmando que já estava tudo resolvido e poderia voltar para São Paulo seguro de que a transferência para Cáceres estava desfeita.

Chegando a São Paulo, apressei-me a telegrafar para o agente dos Correios em Cáceres, agradecendo a boa recepção que me foi dada, incluindo as férias, o que me deu oportunidade para agir e revogar a minha ida para aquela cidade. Então, foi encerrado o capítulo Cáceres, uma das piores coisas que poderiam ter acontecido comigo, dado o perigo de ir para uma região onde o meu desaparecimento seria quase certo. E aí, gente, Cáceres nunca mais!

NA FOLHA DE SÃO PAULO

Depois de quase dois anos trabalhando na Rádio Piratininga, recebi, por intermédio do jornalista Manoel Chaparro, meu velho conhecido e amigo, que militou por certo tempo na imprensa do RN, convite para trabalhar num suplemento especial do jornal Folha de São Paulo, dirigido pelo conhecido jornalista Calazans Fernandes. Aceitei de imediato e logo comecei a trabalhar ao lado de jornalistas de todo o Nordeste, que faziam parte de uma grande equipe. O suplemento, idealizado e dirigido por Calazans, que tinha como meta principal a discussão de temas voltados para as diversas áreas de desenvolvimento de todo o país, recebia a colaboração de economistas e de pessoas ligadas de um modo geral aos grandes problemas do país, e era muito bem recebido por todos os que se interessavam pelos estudos que visassem ao bom futuro das regiões mais carentes do Brasil. O setor universitário de São Paulo era o mais interessado na leitura do Suplemento Especial. Do Rio Grande do Norte, além do diretor Calazans Fernandes, davam sua colaboração Chaparro, português de nascimento; Gaudêncio Torquato, professor de jornalismo nas Faculdade Cásper Líbero, e hoje, analista político de vários jornais do país; Jaime Dantas, jornalista de renome internacional e, no meio desse “Butantã”, o mais modesto de todos – este autor.

Fazia parte ainda da equipe jornalistas de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Sergipe e, como não poderia deixar de ser, de São Paulo. Lamentavelmente, durou pouco tempo o grande suplemento e, por essa razão houve demissão em massa da equipe tão bem montada por Calazans. Todos procuraram novos rumos nos vários jornais de São Paulo. Então, para não ficar parado, tive que me sujeitar a trabalhos de *free lancer* em alguns periódicos, porque o que ganhava nos Correios não era o suficiente para manter a família. Não resta dúvida de que foi um tempo muito bom o que passei na Folha de São Paulo. O companheirismo era o forte da equipe de Calazans Fernandes.

MEUS DEPOIMENTOS

Meu primeiro depoimento foi feito justamente do dia em que fui preso, ao chegar no 16º RI, pelo capitão Vieira. Foi apenas um depoimento formal, mas não deixou de ser um apelo policial, com certas ameaças se a “verdade” não fosse dita. Bom tratamento do capitão que me ouviu, mas cheio de tentativas que, no entanto, não me abalaram. Este depoimento ou mini- depoimento, como queiram, foi fichinha diante dos que ainda viriam, principalmente aquele em que o capitão Lacerda, até então o encarregado geral do inquérito, mandava e desmandava para apurar a “subversão” no nosso Estado. E sobre este, me alongo mais um pouco, vez que o homem mostrou a que veio. Embora não tivesse em nenhum momento demonstrado querer me bater, fez seu *mise-en-scène*. Parecia mais um ator do que um policial militar. Primeiro, vi diante de mim, desenhado numa das paredes do local onde fui ouvido, o símbolo da Justiça. Pasmem, havia uma virola (pedaço de borracha tirada de pneu) pendurada em um prego numa das balanças do conhecido símbolo. E aquele acinte à Justiça ficou na minha visão e na minha memória como um ato de afronta, não só à Justiça, mas a todos os homens de bem deste país. O pastor Machado, com já fiz referências, também viu essa “imagem” e me contou, decepcionado e traumatizado diante do fato. O trator fascista passa por cima de tudo naquela hora amarga para todos nós. Os exemplos de Salazar, Franco, Mussolini e Hitler empolgavam os que tomaram de assalto a nossa liberdade e, naquele momento, assassinavam uma democracia implantada a muito custo e com muito esforço por brasileiros dignos de um país que sempre almejou viver em paz. O fato me marcou e por essa razão virou capa deste livro.¹

Mas o capitão Lacerda foi além no seu interrogatório e, lá pelas tantas, veio a famosa pergunta se eu conhecia os comunistas de Natal e, francamente, lhe respondi que ele conheci melhor do que eu. Como a insistência era grande, não pude fugir da realidade e afirmei que apenas três eu conhecia: Vulpiano, Luiz Maranhão e José Alves, sapateiro líder sindical. Ele insistiu, mas fiquei firme no que disse, porque nunca tive a vocação do “dedo-duro”. Se citei os três é porque toda a Natal sabia da militância corajosa deles, porquanto ativistas marxistas que eram, antes de tudo, patriotas, homens sérios e honrados.

Não esqueço certa passagem do interrogatório, quando o capitão olhou para mim e disse: “O senhor tem cabelos brancos e nota-se que sua idade já é de um homem maduro. Então, desejo que não minta, pois a sua seriedade se manifesta na idade e no cabelo e como tal não pode ser um canalha”. Respondi de imediata: “Capitão, sou de fato um homem de bem, não por contados cabelos brancos ou idade, porque isso aí não é documento já que os canalhas também envelhecem”. Confesso que essa resposta foi um impulso do qual me arrependi, diante das circunstâncias. Verifiquei logo que podia ter levado nas costas uma “virolada” daquelas que eram aplicadas não só em ladrão de

¹ O artista plástico Paulo Galindo de Oliveira é autor do desenho que, baseado no que lhe contei sobre o que estava no símbolo da Justiça, produziu o belo trabalho artístico da capa.

galinha, como em homens de bem, antes da revolução de 30 em nosso Estado. Mas, felizmente, o homenzinho ou por não ter entendido a maldade da resposta ou por outro motivo qualquer, deixou passar a provocação e o interrogatório continuou sem maiores consequências. Mas houve outros depoimentos, inclusive com o hoje coronel reformado Eider Nogueira, nosso conterrâneo, de Mossoró, totalmente diferente no modo de tratar. Um verdadeiro *gentleman* dentro de uma parafernália de violência e incompreensões nos dias sombrios que se abateram sobre nossas vidas. Na época, se não me engano, esse militar digno e honrado exercia o cargo de coordenador do inquérito que apurava a “subversão” no Rio Grande do Norte. Não conheço as razões de seu afastamento para dar lugar ao famoso capitão Ênio de Albuquerque Lacerda, por todos conhecido por seus métodos nada humanitários no trato com presos políticos. Depois, veio de Recife uma dupla de policiais que, sob a chefia do delegado Carlos Veras, assumiu os trabalhos que antes eram exercidos por Eider Nogueira e Lacerda. O outro policial vindo de Recife era o também delegado pernambucano José Domingos. Não conheci e nem desejava conhecer os meandros das várias comissões que geriram o inquérito policial, mas soube por fontes bem informadas que as fofocas eram imensas naquele setor e que o coronel Eider fora derrubado pelo seu auxiliar direto, Ênio de Albuquerque Lacerda, catarinense com sangue potiguar, de Ceará Mirim. Mas isto era o que menos nos interessava, já que o nosso objetivo era outro- o de sair vivo dali. Meses depois fui ouvido pelo Carlos Veras, que me amedrontou muito e mesmo sem bater, ficou todo o tempo com o cassetete na mão. Só então entendi porque o “instrumento” estava enrolado num papel grosso. Seria para amainar um pouco as pancadas que ele pretendia dar? Dessas coisas não entendo... Finalmente, saí ileso da ”ilustre” comissão pernambucana que substituiu Lacerda no comando do Inquérito Geral.

Agora, os métodos fascistas da referida não mostraram nenhuma diferença dos métodos aplicados em outras oportunidades dentro daquele contexto terrível em que vivíamos. Também pudera, os dois policiais foram treinados e bem treinados na matriz de todas as desgraças deste continente. Então, nada de bom poderíamos esperar de quem recebeu “lições de democracia” na grande nação do Norte. Quando passei treze dias fora, fui ouvido também no RO por um capitão que se não me engano tinha o sobrenome Valente. Não sei se a coragem dele correspondia ao sobrenome, mas nessas horas, todos eles são valentes e somente suas vítimas viram covardes porque olham para um lado e para outro e não veem para quem apelar, a não ser para a providência divina. Este tal Valente, completamente despreparado para a função de inquiridos, fez algumas perguntas sem nexos e sem sentido. Uma delas: “Por que o senhor, na sua coluna nacionalista deste jornal (Folha da Tarde) que está comigo só ataca o imperialismo americano e deixa de lado o soviético, que é muito pior?” Respondi: “Capitão, nós que sofremos a presença do imperialismo americano só temos que combater este, uma vez que sofremos na própria pele os seus efeitos maléficos. Agora, os que sofrem as mazelas do imperialismo soviético, estes que lutem também para se livrarem do que o senhor considera “pior”. Continuando, disse” “Não se pode falar de uma coisa que não se conhece. E por esta razão, a nossa luta é a de todos os brasileiros dignos, e ela vai continuar”. O homenzinho nada disse e dentro de poucos minutos encerrou o depoimento.

Falei depois noutro depoimento, este suspeitíssimo, na direção dos Correios, presidido por um homem que quando rebentou o golpe, justamente no dia primeiro de abril, saiu gritando pelos corredores: “Agora chegou a vez dos comunistas, que devem ser arrastados pelas ruas e queimados para nunca mais voltarem a falar na maldita ideologia”. Não cito o nome do dito cujo porque já se foi e tenho muito respeito pelos mortos. E ele, coitado, era apenas um “pau mandado” daquilo que se instalara o Brasil e que alguns incautos ainda chamam de revolução. Ai, meu Deus, que heresia e que blasfêmia.

FATOS ENGRAÇADOS

Lembro-me bem que, certo dia, senti minha vista falhando, e assim não podia ler livros, jornais, revistas, isto quando os nossos “santos guardiões” permitiam. Pedi então que me fosse permitido consultar um médico especialista para que pudesse voltar a ler normalmente. E, justiça se faça, fui atendido. Porém, como no 16º RI não havia oftalmologista para me atender, fui mandado ao quartel da Polícia Militar – reparem bem - escoltado por doze homens armados e de baioneta escalada. Ao chegar ao quartel, deparei-me com o oftalmologista, o Dr. Anchieta Ferreira, já meu velho conhecido de conversas no Grande Ponto. O mesmo olhando para mim, já no seu gabinete, perguntou: “Bira, velho de guerra, o que está havendo? Você chega aqui escoltado por doze homens, algemado e, ainda por cima, os soldados todos de baioneta escalada? O que foi que você fez?” Respondi: “Anchieta, fizeram pior com Moacyr de Góes; o homem foi levado ao Hospital Militar de mãos algemadas para trás, o que a vítima logo chamou de “algemas bossa nova”. Por aí se vê, meu caro Anchieta, que os homens, às vezes ou quase sempre, dão uma de palhaço. O pior é que são palhaços para servir a interesses que não são os mesmos da grande maioria do povo brasileiro. O pior é que transformaram o nosso país em uma “república de banana” onde os interesses das multinacionais cobrem toda a história de um povo valente e sério. Aí está o que os pilantras estão fazendo com a gente, isto porque não baixamos a cabeça àqueles que, aqui dentro, dizem amém a tudo que vem da grande nação do Norte, visando nos pilhar e nos ameaçando com desembarques dos famosos “marines” que tanta desgraça têm feito na América Central, dando cobertura à famosa frase de Foster Dulles: “Abaixo do Rio Grande, tudo é um imenso quintal nosso”. E ele sempre repetia a frase quando um dirigente da Nicarágua, Guatemala, etc, se mostrava revoltado com a submissão que pesava sobre eles. Além de tudo são cínicos e covardes. Daí, Anchieta, não se admire do que vê. São fatos desagradáveis para nós, mas muito bom para eles que estão mostrando serviços para seus patrões. Nos humilham e humilham nossas famílias, mas sabem que estão humilhando homens de bem que jamais se submeterão aos padrões dos Bob Fields, Marinho, Chateau ou outros canalhas que venham a sucedê-los. Nós, os patriotas, estamos “pagando o pato” por todos os que reagem a este estado de submissão a que os donos do Brasil nos levaram. Mas é necessário que se grite e que se mostre a sujeira dos que se vendem, não só agora, mas sempre. E o brasileiro de bom caráter jamais vai se amedrontar com as ameaças dos que nos exploram”.

Anchieta hoje é meu companheiro de hidroginástica e sempre comentamos aquele fato, rindo muito das palhaçadas da época. Triste época, que esperamos jamais volte. Isto depende muito do nosso povo, que está vendo nos jornais, televisão, etc, a corrupção solta em todos os setores, principalmente dentro dos partidos de direita que, com raras exceções, têm em seus quadros gente honesta, séria e competente. Não há necessidade de se dizer aqui, pois todos os dias estamos vendo, ouvindo e lendo sobre quem são as figuras que dirigem a nossa política. Vota neles quem não tem a mínima

sensibilidade ou não tem qualquer compromisso com a seriedade de que este país merece.

Outro caso engraçado foi o de “Gago”, preso político cujo nome não me vem à lembrança. Quando o bravo mossoroense foi levado para ser ouvido pelo famigerado capitão, recebeu deste uma séria ameaça, com o militar brandindo um pedaço de madeira junto ao seu rosto. Mesmo gaguejando, o prisioneiro disse a Lacerda: “Capitão, cuidado porque em homem não se bate à toa. Pode não haver reação minha hoje, mas depois, se sair daqui vivo, coisas ruins podem acontecer com o senhor”. O certo é que o “valente” inquisidor baixou a guarda e ali mesmo encerrou o depoimento. Por aí se vê o quanto são covardes os torturadores e o quanto é desprezível a maneira como foram tratados os prisioneiros da CIA no período ditatorial que deixou este país nas mãos de inquisidores fascistas e sem escrúpulos.

Há também o caso do capelão que chegando com o coronel Mendonça Lima em visita de “cortesia” aos presos, olhou para um lado e para o outro e saiu-se com essa joia: “Não estou vendo aqui o meu compadre Doca, o que é estranho, porque eles gostava...” E, por coincidência ou não, o compadre Doca foi preso no dia seguinte, ficando “lotado” no RO. Esse episódio foi contado no livro de Mailde, a quem peço desculpas pela repetição. E o compadre Doca era um homem simples, carteiro, velho servidor do DCT, pai de família com muitos filhos e muito digno. Não tinha tempo, mesmo que quisesse, de sair por aí para fazer militância política. Uns gênios nossos “guardiões”... Muitas outras joias deste tipo ocorreram, mas a cabeça de um homem de oitenta anos não pode recordar tudo. Um dia, quem sabe, outras dessas sairão com um pouco mais de brilho.

A VIDA EM SÃO PAULO

Não foi fácil conviver logo de início com a vida agitada da grande cidade de São Paulo. Acostumado com o ritmo lento em que vivia em Natal, não vou dizer que gostei dos primeiros meses naquela loucura que se vive no dia a dia de uma megalópole, mas não tinha outro jeito; já que estava lá, lá ficaria. É tanto que passado um mês de minha chegada a São Paulo e quando estava no gabinete do diretor me apresentando, por coincidência a secretária do DR recebe um telefonema da diretoria geral do DCT, no Rio, procurando falar comigo. Atendi ao telefone e a jovem da outra ponta da linha, a pedido do seu chefe maior, me perguntava se eu queria voltar para Natal. Ela frisou que tinha sido um pedido do então deputado Aluizio Alves. Respondi que não, pois tinham me mandado para São Paulo e era lá que eu ficaria até me aposentar. E de fato, cinco anos depois me aposentaria e aí sim voltaria tranquilo para minha terra. Pretendia demorar mais ali, pelo simples fato de desejar trabalhar no grande imprensa paulistana, até para obter maiores conhecimentos e vivência no maior centro jornalístico do país. Não me arrependi do que fiz, embora a dureza do profissionalismo em São Paulo fosse terrível, mas findei colhendo bons frutos. Mas não fácil conseguir o que planejava. Como já disse no começo desse livro, suei para conseguir um lugar ao sol. O resto, vocês já sabem. Quanto à vida social, os conhecimentos e as amizades, estes itens foram chegando aos poucos.

No mesmo prédio da Rádio Piratininga, onde inicialmente trabalhei como redator, funcionava o Centro Sul-Rio-Grandense e embora não sendo no mesmo andar, frequentemente me encontrava com um norte-rio-grandense que há trinta anos morava em São Paulo, onde se formava em Direito e era dono de uma das maiores bancas de advocacia no centro da cidade. Este potiguar, de nome Adhemar Rubens de Paulo, ao constatar que eu era de Natal convidou-me para fazer parte do Centro Norte-Rio-Grandense, do qual ele era presidente. Lógico que aceitei, e daí em diante me entrosei com a turma, onde pontificavam o próprio Adhemar, Aderbal Morelli, também advogado e afastado do RN há vários anos; o economista Manoel Cavalcanti; o corretor de imóveis Décio Teixeira; a corretora da Bolsa de Valores de São Paulo Geísa Bezerra e outros que a memória não me ajuda a citar.

Devo esclarecer que Adhemar Rubens de Paulo fazia parte também do Centro Sul-Rio-Grandense, onde exercia o cargo de conselheiro. Outro que frequentava o centro era o nosso espadachim Aldo da Fonseca Tinoco, na época professor de Medicina Sanitária da USP. A sede do centro norte-rio-grandense era situada no Largo do Arouche, em pleno centro de São Paulo, onde nas tardes de sábado eram promovidas feijoadas, animadas pelo Trio Ipanema, muito afinado e com um bonito e vasto repertório da nossa bela MPB. Do trio fazia parte Carlinhos, hoje integrante do GMT Trio. Hoje esse trio, considerado um dos melhores de Natal, atua às sextas-feiras e sábados, no Bar e Restaurante Casarão, na Rua Mossoró. E o grande Carlinhos, todas as vezes que me vê lembra os tempos do Largo do Arouche. A turma era boa e fazia com que a saudade da terrinha fosse minorada durante nossas reuniões. Tudo isso e mais alguma coisa ocorreu em São Paulo, para onde fui ainda por conta do “perigo” que a

minha presença causava em Natal. Vocês imaginem o velho Bira causando perigo ao regime! É ou não palhaçada! A minha companheira de jornalismo Paula Frassinetti, com espírito empreendedor e além de tudo uma mulher inteligente, deu-se bem em São Paulo e depois de passar uma temporada na Folha e de ter juntados uns trocados, tornou-se comerciante e se instalou com uma loja bem moderna na Rua Augusta. Naquela época, o forte era a venda de *posters* e Paula aproveitou e fez de sua loja o ponto maior na comercialização dessa tendência. Graças a Deus, deu-se bem. Logo depois começou a comercializar roupas e outros artigos femininos. Saiu-se bem, até se mudar para o Rio e entrar na política partidária, chegando a ser suplente de deputado estadual. Chamada por Brizola, assumiu a Secretaria de Transportes, de onde saiu por divergências com secretários do caudilho gaúcho, mas ainda hoje é um admiradora do grande líder nacionalista.

Voltando à loja de Paula, que se denominava *Poster Shop*, lembrei-me de uma das características do local: tinha cinzeiros em forma de pinico, o que fazia com que os visitantes admirassem a ideia. E por falar em visitantes, o meio artístico de São Paulo ia sempre à loja adquirir obras de arte, desde fotos dos Beatles, que na época dominavam os meios musicais, até livros e adereços que lembravam lutas dos esquerdistas de todo o mundo, inclusive Che Guevara. Mas isto era meio escondido, sob pena de a loja ser fechada e a nossa Paulo responder processo por subversão da ordem.

Uma das frequentadoras do local era a escritora Ligia Fagundes Telles. O menestrel Juca Chaves sempre aparecia por lá e batia aqueles papos que somente ele sabia. Nada mais aconteceu de importante comigo na grande cidade paulistana e chegando a minha aposentadoria, tratei de voltar para Natal, aqui estou e somente Deus até quando e torcendo para que não apareçam novos “salvadores da pátria” de “virola” em punho determinando o que nós, homens livres, devemos fazer. Assim seja, amém!

FINALMENTE, NATAL

Dia 07 de abril de 1972, estava chegando a Natal depois de cinco anos e meio fora da terrinha. Confesso que cheguei chorando. A emoção foi muito forte para este macaibense que adora Natal e que não esperava voltar jamais. Confesso que sofri muito em São Paulo, com imensa saudade, não só dos meus pais, velhinhos e também sofrendo com minha ausência prolongada, mas também das muitas amizades aqui deixadas, quando fui obrigado a deixar a terra onde vivi tanto tempo. Mas Deus de ajudou e continua ajudando. A prova maior é esta história que conto para os leitores, meus amigos, que por pouco nunca teriam esta oportunidade se não fosse a minha esperteza de cair fora das margens do rio Paraguai antes que acontecesse o pior em Cáceres.

E me dei bem na volta. O meu amigo Carlos Lima já tinha em mãos o projeto de uma revista que se denominaria “Cadernos do Rio Grande do Norte”. Como Carlos era proprietário de uma gráfica no bairro de Ribeira, o empreendimento deu certo e por quase dois anos editamos os Cadernos, com boas reportagens dos municípios de todo o Estado. Depois de dois anos, transformamos a revista em jornal, quer passou a ser a Folha dos Municípios, lembrando o velho jornal de Djalma Maranhão chamado Folha da Tarde, onde outrora trabalhamos juntos até a “gloriosa” tomar conta do país e nos mandar para a cadeia. Mas, a situação econômica do Estado e das prefeituras, que davam cobertura jornalística à nossa publicação estava se deteriorando, apesar dos corifeus da ditadura dizerem (mentindo) que a nossa economia era a oitava do mundo. Já viram? Encerramos as atividades e logo depois Fui chamado para trabalhar no Diário de Natal, onde me aposentei do jornalismo após dezessete anos no veículo dos Diários Associados. Já contei a história estou repetindo demais. Desculpem... Fui vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas, na chapa que tinha Arlindo Freire como presidente da primeira diretoria eleita após a fundação da Cooperativa dos Jornalistas de Natal- COOJORNAT, que teve como primeiro presidente o jornalista Dermi Azevedo. Cheguei a ser eleito o terceiro presidente da organização, sucedendo ao também jornalista Sávio Hackradt, seguindo-se na presidência o colega Luciano Almeida e o gráfico João Maria de Almeida.

Hoje, a minha vida corre normal, com direito a uma farrinha de vez em quando, que ninguém é de ferro. O meu segundo casamento, com Maria de Lourdes Pereira, foi uma bênção. Ambos vimos com filhos dos nossos primeiros casamentos e estes se deram muito bem, o que serviu de alento para duas pessoas que não eram mais jovens e procuraram construir um projeto de vida em comum.

É, pois, esta grande mulher, Maria de Lourdes Pereira de Macedo, a responsável direta por este trabalho. Eu já havia começado a escrever este livro quando me submeti a cirurgia para retirada de catarata, que me deixou praticamente sem enxergar pelo olho esquerdo devido a uma infecção hospitalar. Este resultado negativo me abalou de tal forma que abandonei o projeto. Dois anos depois fiz a cirurgia do olho direito, com êxito. Lourdinha começou então a me incentivar para voltar às minhas memórias. E aqui

estão elas, com certa paixão é bem verdade, mas retratando em sua quase totalidade um período triste da minha existência. Agora, bons momentos estou vivendo, como se fosse uma recompensa do Todo Poderoso por tudo aquilo que passei. Confesso que não sinto ódio e já perdoei os que me fizeram mal, com o sentimento cristão que sempre me acompanhou e me acompanhará até os minutos finais da minha vida. E se cito nomes de figuras envolvidas naqueles momentos tristes que vivemos é apenas para que a história guarde nomes e as novas gerações não permitam que o nosso país volte a se situar entre os países submetidos a interferências internacionais, deslustrando o nosso passado de nação soberana. Que haja democracia, justiça social, melhor distribuição da riqueza! Que não tenhamos o desprazer de ver famílias inteiras nos lixões das grandes cidades procurando alguma coisa para se alimentar. Se os nossos governantes nada fizeram para que isto acabe, então de nada adiantou a luta para que tivéssemos uma democracia plena e estável, porque com a fome do povo, com as carências sociais, com a corrupção solta por todos os recantos deste país não poderemos esperar dias melhores. E aí, poderá surgir um novo Hitler, um Mussolini, um Stalin, um Franco ou novamente uma ditadura como a de 1º de abril de 1964, mais terrível, mais injusta e mais submissa à política internacional, que mais serve aos desígnios dos “verdes pátrias”, os mesmos dos momentos trágicos pelos quais passamos na década de sessenta. Eles estão de olho e não devemos deixá-los repetir o que já fizeram, atrasando ainda mais a marcha de um povo que sonha com um país que ainda não pode comemorar como deseja a sua independência total. Sempre tem algo faltando num país que pode e deve ter um destino melhor.

AS PUNIÇÕES

Não me lembro do que ocorreu a vários companheiros depois da Anistia. Com a ajuda dos irmãos Paulo Oliveira e Guaracy soube que depois do relatório apresentado pelos policiais Carlos Veras e José Domingos, vindos de Recife para apurar a “subversão” no Rio Grande do Norte, foram demitidos pelo Governo Aluizio Alves, por força do Ato Institucional nº 1: Carlos Lima, do gabinete do Prefeito; Paulo Frassinetti de Oliveira, da Secretaria Municipal; Guaracy Queiroz Oliveira, da Câmara Municipal de Natal, e Moacyr de Góes, do gabinete do Prefeito. Posteriormente, todos eles foram reintegrados judicialmente aos seus respectivos cargos, com seus direitos e vantagens assegurados.

Fugindo da área estadual, mais precisamente nos Correios e Telégrafos citamos aqui o caso de Luiz Gonzaga de Souza, telegrafista que na época da “gloriosa” era o diretor regional. Luiz, que ainda passou alguns meses preso em uma delegacia das Rocas, juntamente com o professor José Fernandes Machado, logo depois da anistia foi chamado à sua antiga repartição para optar se continuaria a trabalhar ou se sua esposa continuaria a receber a pensão que estava recebendo como se fosse viúva. Ele não quis nem uma coisa nem outra e disse para lhe oferecia tais benesses: “Nada quero. O que desejo é que me deixem em paz, porque tenho coragem suficiente para exercer minha profissão”. E foi trabalhar em Currais Novos como professor. Foi ainda perseguido, pois havia sido nomeado para lecionar numa escola municipal daquela cidade, mas o prefeito recebeu ordens para desfazer o ato de nomeação, uma vez que o nomeado era “comunista perigoso”, e assim jogaria as crianças daquela cidade no “inferno vermelho”. O governador de então, Cortez Pereira, entrevistou a favor de Luiz, e o ato foi mantido. Mas o nosso poeta não aceitou e foi lecionar em um colégio particular, num gesto muito digno, por sinal. Diga-se de passagem que a ordem para desfazer o ato de nomeação do professor partiu do Comando Militar em Natal. José Fernandes também não aceitou voltar para os Correios depois da anistia. Sua esposa renunciou a imoral pensão (de marido vivo) e Machado foi nomeado para a Universidade, depois de aprovado em concurso. Foi outra luta, porque os milicos não queriam que o homem trabalhasse, mas com muita dignidade, o reitor na época, Diógenes da Cunha Lima, atuou firme e manteve a nomeação de José Fernandes Machado.

E se pergunta agora: “Quê anistia foi essa?” Depois de certo tempo, Fernandes fez concurso para Juiz de Direito, tendo sido aprovado. Aí, outra luta para ser nomeado. Infelizmente, pouco depois ele se foi, ficando a saudade de um homem que nunca se dobrou aos poderosos. Não tenho informações a respeito de Moisés Grilo, outro grande batalhador pelas causas populares. Mas sei que está tranquilo com sua família e com a mesma dignidade que sempre o marcou. Não podia nem esperar outra coisa de um homem honesto, trabalhador e sério como sempre foi o nosso Moisés Grilo.